

Pensando o Nordeste

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

O Nordeste como Prioridade do Desenvolvimento Nacional foi o tema do seminário do Fórum Celso Furtado realizado na cidade de João Pessoa em 29 e 30 de junho. Quatro eixos temáticos foram considerados: 1) Complementação e modernização da infraestrutura e dos serviços básicos; 2) Educação, ciência e tecnologia; 3) Contemporaneidade do setor produtivo integrado à economia nacional; e 4) Turismo de base natural e histórico-cultural.

Esse seminário promoveu amplo processo criativo de reflexão sobre a realidade socioeconômica do Nordeste e suas perspectivas de desenvolvimento, com o necessário conteúdo técnico-científico e o apoio social e político. A diversidade da participação respaldou a legitimidade das ações debatidas e das propostas para o desenvolvimento do Nordeste.

Tive o privilégio de apresentar o tema da educação sob a óptica da eficiência e da qualidade da Educação Básica. Procurei mostrar que o grande desafio brasileiro — especialmente para o Nordeste do Brasil — se encontra no binômio melhorar o aprendizado escolar e reduzir as desigualdades educacionais, foco inclusive de atuação da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto.

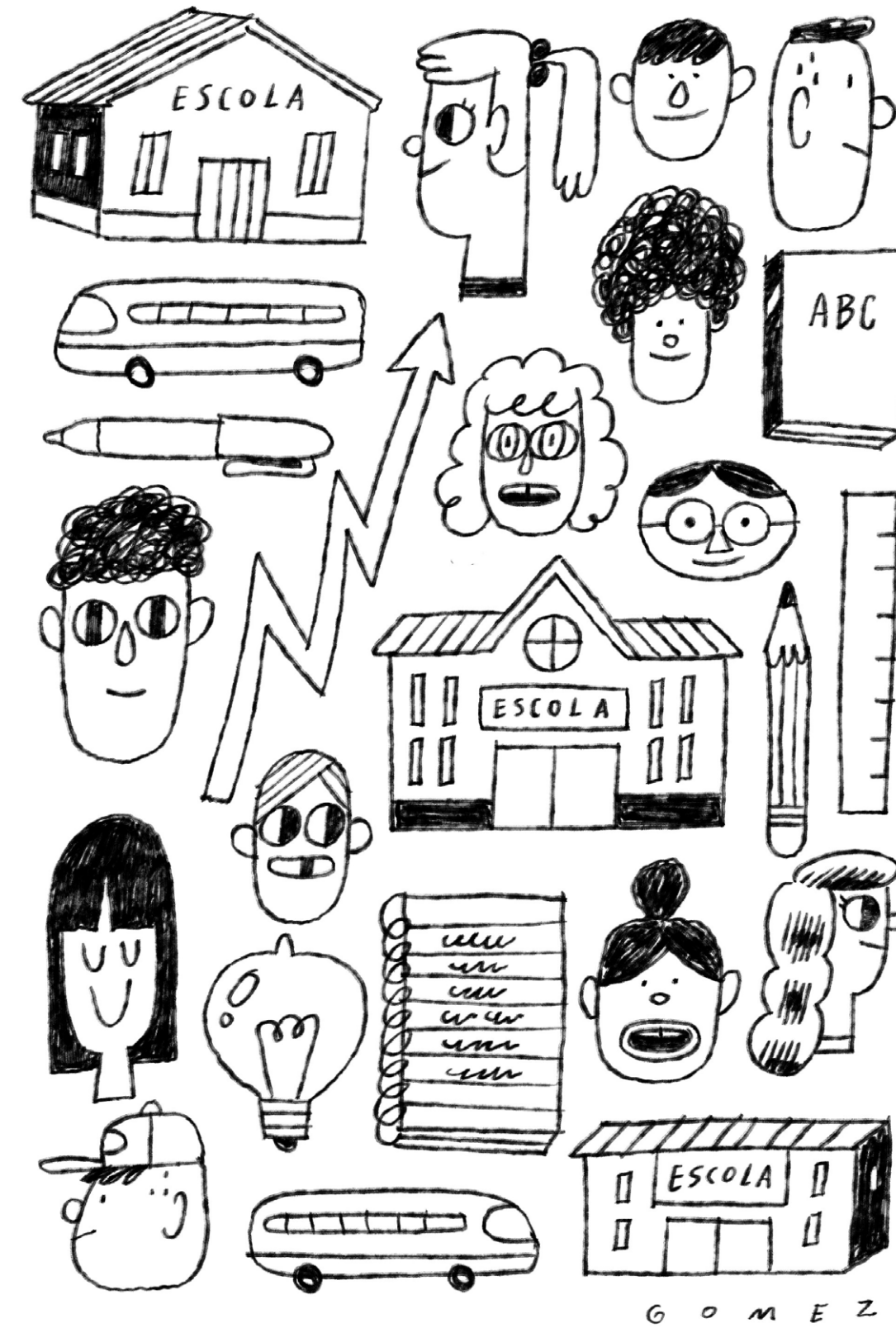
Notadamente, é preciso reconhecer que precisamos continuar avançando no investimento público em educação básica, especialmente quando levamos em conta o investimento anual por aluno. Com base nos dados de 2017, a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de US\$ 9.670, enquanto no Brasil o valor é de US\$ 3.873 (dólares em PPC — paridade do poder de compra).

Pesquisas mostram que até um patamar de US\$ 8 mil, cada parcela de US\$ 1 mil adicionais por aluno está associada a 14 pontos a mais do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa — sigla em inglês). Isso implica que, se o Brasil quiser evoluir no ranking do Pisa, vai precisar fazer um esforço maior no campo do investimento público em educação, de forma que ele possa ser adequadamente comparado aos países integrantes da OCDE.

Entretanto, sabemos que mais dinheiro é apenas o ponto de partida. O país vai precisar também fazer um esforço em relação à eficiência desse gasto público, traduzido na boa gestão dos recursos e na oferta de um ensino de qualidade. Isso ficou muito claro quando nos deparamos com os resultados de municípios do Nordeste, região particularmente desafiadora para o país em função dos baixos níveis de aprendizagens escolares. E é fundamental superar esse desafio para alavancar o desenvolvimento sustentável da região.

Às vezes também se reconhece que tais resultados dependem do nível socioeconômico do município, o que é verdade — mas há vários municípios de baixo PIB per capita fazendo coisas extraordinárias no campo da educação. Vejamos, por exemplo, em Pernambuco: com base nos dados de 2019, no município de Panelas — cujo PIB per capita é de apenas R\$ 7.348 —, ao final do 5º ano do ensino fundamental, 86% das crianças aprenderam o que seria esperado em matemática; em contrapartida, no município de Ipojuca — com um PIB de R\$ 132.206 per capita —, apenas 26% das crianças alcançaram o aprendizado adequado nessa matéria!

Tomando como referência os estudos Educação que faz a diferença — realizado pelo instituto



G O M E Z

Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) —, e Excelência com equidade — realizado pela Fundação Lemann em parceria com o Iede e o Itaú BBA —, verifica-se que alguns municípios nordestinos se destacam no campo da educação. Notadamente, o mais conhecido deles é Sobral — nossa grande referência educacional.

Lá, de cada 100 alunos que concluem os anos iniciais do ensino fundamental, mais de 90% aprenderam o que seria esperado em língua portuguesa e em matemática, para um PIB per capita de R\$ 21.919. A mais recente novidade positiva no campo da educação vem do município de Coruripe, em Alagoas, com resultados e PIB per capita

similares aos de Sobral. Além de Panelas, já citado, outros municípios nordestinos estão se destacando na educação, tais como: Lícínio de Almeida (BA), Granja (CE) e Castelo do Piauí (PI), sem falar de Teresina — a melhor capital brasileira no que se refere a educação —, e todos com um PIB per capita inferior a R\$ 10 mil em 2019.

Nesse seminário, procurei mostrar que o Nordeste pode aprender com o Nordeste. É preciso alargar a colaboração no campo da educação — e aqui não cabe competição, pois o que está em jogo é o futuro de nossas crianças. Por isso, entendo que o seminário realizado pelo Fórum Celso Furtado foi uma grande oportunidade de construir novas bases para um projeto de desenvolvimento do Nordeste.

A internet da floresta

» NELSON TANURE

Empresário e investidor de reestruturação de empresas

Muito se diz (e não à toa) sobre a revolução que o 5G promoverá no mundo. O entusiasmo é motivado, entre outros benefícios, pela conectividade inédita, que transformará a relação entre a humanidade e seu entorno. A chamada Internet das Coisas passa, com a nova tecnologia, a ser uma realidade não apenas vislumbrada, mas experimentada.

Não há dúvidas de que conectar as “coisas” traz muitos benefícios, como aumento de produtividade e economia de tempo — essa moeda tão valiosa. Mas o 5G oferece um ganho ainda maior, pouco comentado nos debates sobre como ficará tudo o que ele toca.

Refiro-me à possibilidade de usar a internet em sua melhor e mais potente versão para proteger e monitorar as florestas, em especial, a maior e mais famosa delas. Nossa prestigiosa e resiliente Amazônia. É de conhecimento geral que o planeta corre contra o tempo para evitar o aumento da temperatura, logo o investimento na infraestrutura que permita esse olhar protetor sobre a floresta é urgente.

No Brasil, o marco da chegada do 5G foi o leilão promovido pela Anatel no último 4 de novembro. Com Copel Telecom (hoje, Ligga Telecom) e Sercomtel, arrematamos importantes lotes, que abrangem uma área onde vive quase metade da população brasileira.

Para compensar a pouca densidade demográfica, a faixa da região Norte foi ofertada atrelada à de São Paulo. Muitos a viam como um “pepino”, um inconveniente. Mas nós começamos a estudar

esse negócio e enxergamos ali uma oportunidade. Percebemos que o que parecia um problema era, na realidade, uma solução espetacular: o 5G pode ser uma ferramenta extraordinária aplicada também na proteção do meio ambiente.

Junto com a vitória no Leilão, vieram vários compromissos que podem parecer pouco vantajosos economicamente. Teremos que garantir a cobertura de internet móvel de quinta geração em municípios com menos de 30 mil habitantes e, ainda, instalar rede de fibra óptica em localidades que, atualmente, têm pouca ou nenhuma infraestrutura.

Mas não estamos falando de qualquer localidade ou de quaisquer municípios. Estamos mirando um bioma que é maior do que o conjunto de países que compõem a União Europeia. Estamos falando da porção do Brasil que recebe mais atenção e desperta maior interesse no mundo.

Como uma estrada, a quinta geração das redes móveis terá a utilidade que dermos a ela, povoando-a, explorando todos os seus potenciais, inclusive na floresta.

Imagine o ganho que a conectividade pode oferecer às comunidades indígenas que têm, sem prejuízo de suas raízes e história, o direito de usufruir da tecnologia! Tendo atenção às necessidades de cada grupo, isolado ou contatado, é possível que o 5G forneça meios mais eficientes para o atendimento das demandas de saúde, educação e disseminação da cultura.

O governo brasileiro tem sido cobrado, interna e externamente, pela sua incapacidade de preservar

a floresta. Cancelamentos de repasses de fundos internacionais foram amplamente noticiados, sinalizando a perda de confiança no país.

Pergunto: Já que o governo não é capaz de gerir empresas e é por isso que se privatiza como ele vai conseguir administrar a proteção da Amazônia? Tenho essa convicção filosófica: ou a iniciativa privada protege a Amazônia ou, se depender de Brasília, a maior floresta do mundo se transformará em um deserto.

E é óbvio que existe interesse dos empresários em contribuir. Primeiro, porque não são tolos. Segundo, porque existem compensações que precisam ser feitas e, nesse contexto, a proteção da Amazônia pode ser o caminho ideal para indústrias e para o agronegócio. Os interesses humanitários não se contrapõem, em absoluto, à sustentabilidade dos negócios. Da nossa parte, ter a região Norte entre nossas responsabilidades no que diz respeito à implantação do 5G no país traz muitas expectativas. Esse é um assunto que me entusiasma.

Naquela região, onde tanto se usa o transporte fluvial para compensar a ausência das estradas, usaremos o 5G para abrir caminhos. Seremos o meio pelo qual chegarão à floresta as soluções que contribuirão para a preservação desse patrimônio inigualável.

O 5G não apenas permitirá que tenhamos mais eficiência e agilidade. Com a internet da floresta, poderemos dar uma resposta ao mundo e contribuir para que nosso planeta ganhe mais tempo.

Novo Ensino Médio: exige uma educação interdisciplinar

» LETICIA LYLE

Diretora do Camino School e cofundadora do Camino Education e da Cloe

Desde que comecei minha trajetória como pedagoga e educadora, sempre me atentei à importância da interdisciplinaridade. Acredito que o conhecimento e a aprendizagem quando são vistos de forma independente, sem um diálogo com a vida real, temos um formato que em breve cairá em declínio. A ideia de conteúdos não interligados com a realidade deveria ser vista com cautela, assim como o conceito de professor como o detentor do saber.

Iniciado em 2022, o Novo Ensino Médio propõe uma aprendizagem por áreas de conhecimento, permitindo ao jovem, inclusive, optar por uma formação técnica e profissionalizante. Ao final dessa nova jornada, o estudante deverá sair muito diferente de como entrou, com uma visão mais abrangente das disciplinas às quais esteve imerso, fazendo um grande diálogo entre o desenvolvimento de competências e habilidades acadêmicas e o mercado de trabalho, que não são excludentes entre si.

O currículo, se organizado por áreas de conhecimento, e não por disciplinas como ocorria antes, coloca o estudante como central no processo de aprendizagem, algo que sempre defendi como educadora. Na nova estrutura, até 1.800 horas contemplam habilidades e competências relacionadas às quatro áreas do conhecimento, como é feito no Enem — Matemática e suas Tecnologias; Línguas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além disso, no mínimo 1.200 horas devem estar reservadas para a Formação Técnica e Profissional.

Ou seja, a matemática deixa de ser apenas o cálculo em si e pode navegar por outras águas, até mesmo pela história e geografia. A língua portuguesa e outros idiomas podem ser um meio para se aprender ciências biológicas e vice-versa. O algoritmo das exatas passa a ter uma conexão direta com as ciências sociais na medida em que fazemos conexões entre o conteúdo trabalhado em sala de aula e a sociedade na qual vivemos. A química e a biologia, associadas com os estudos das atualidades, serão mais úteis para entendermos o que vivemos durante a pandemia — e o que fazer para não repetir algo semelhante. Isto é, jovens terão a oportunidade de ser expostos a uma infinidade de conhecimentos apresentados de modo articulado. Uma grande responsabilidade e um grande desafio.

Da posição de educadora e gestora, vejo que entre 2020 e 2021, com a crise sanitária global causada pela covid-19, paradigmas entraram em colapso. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) mostrou que garantir que os jovens brasileiros permaneçam na escola nos anos finais do Ensino Médio é o principal desafio para que o Brasil consiga universalizar o acesso à educação básica. A versão mais recente do levantamento indica que, no terceiro trimestre de 2021, 4,4% dos jovens na faixa etária dos 15 a 17 anos estavam fora da escola — isto é, o equivalente a 407,4 mil pessoas. É diante desse cenário que surge a proposta de tirar de cena um modelo único e carregado de disciplinas obrigatórias para implementar um modelo de ensino mais flexível.

Nesta nova realidade, uma parte do currículo (40%) é composta pelos chamados Itinerários Formativos. É aqui que entra a flexibilidade: trata-se de uma formação à parte que o estudante escolherá a partir de suas preferências e intenções de carreira. Essas jornadas também variam conforme as possibilidades de oferta das redes de ensino e escolas.

De acordo com os “referenciais para elaboração dos itinerários formativos”, documento publicado pelo Ministério da Educação, essa metodologia se organiza a partir de quatro eixos estruturantes, que devem ser complementares. Esse “quadripé” — investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção Sociocultural, empreendedorismo — compõe pilares edificantes, não apenas para o processo de aprendizagem individual, mas também para a formação coletiva de uma sociedade mais ativa, autônoma e protagonista.

A educação, assim como a língua, é viva, complexa e pulsa rumo ao futuro. É preciso estar em constante adaptação, em consonância com a sociedade e suas respectivas agendas. Olhar à frente requer um novo olhar.